

ANPG

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

GUIA DO REAJUSTE



CONTEXTUALIZAÇÃO

A Educação e Ciência, Tecnologia e Inovação são pilares fundamentais para criação de oportunidades pessoais e coletivas, para emancipação humana e o desenvolvimento sustentável e soberano do nosso povo e país. O Brasil, apesar dos significativos avanços nas últimas décadas, ainda está distante desta realidade, pois além de vivermos um cenário de desmonte de nosso parque tecnológico, nós, pós-graduandos, que estamos diretamente responsáveis por quase 90% da ciência produzida no país¹, vivemos sob condições precárias para realizar nossas pesquisas.

Somos profissionais de caráter híbrido - ao mesmo tempo que estamos em processo educacional e de formação, realizamos o exercício de atividade laboral -, entretanto, não temos sequer os direitos já estabelecidos para outras modalidades de estudantes e trabalhadores, como os direitos trabalhistas e previdenciários. Além disso, nossas bolsas de estudos não possuem nenhum parâmetro para seu valor ou mecanismo de reajuste periódico. A bolsa, na maioria dos casos, serve para a nossa subsistência, já que a própria exigência do trabalho de pesquisa dificulta ou impossibilita o exercício de outras atividades ou até mesmo porque os termos de aceitação da bolsa exigem dedicação exclusiva.

BOLSAS DE ESTUDOS

As bolsas de estudo são incentivos para a formação de recursos humanos de alto nível e são custeadas pelo Estado aos pós-graduandos da modalidade *stricto sensu* (mestrado e doutorado) por meio das agências de fomento nacionais: Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); e por meio das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP) dos estados, além das parcerias público-privadas, eventualmente estabelecidas pelas Instituições de Ensino, Pesquisa e/ou programas de pós-graduação.

Atualmente, são concedidas pelas agências nacionais 110.554 bolsas, sendo 100.083 da CAPES e 10.471 do CNPq, em um universo de 319.973 mil pós-graduandos matriculados em programas de pós-graduação *stricto sensu* (Tabela 1). Embora não haja dados unificados de bolsas concedidas pelas agências de fomento estaduais, percebemos que menos da metade dos pós-graduandos recebem esse tipo de incentivo. Além da pós-graduação, o CNPq concede cerca de 46.667 de bolsas de iniciação científica e iniciação científica júnior.

Tabela 1. Número de matrículas e bolsistas em pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Fontes: Geocapes 2024 e Painel CNPq

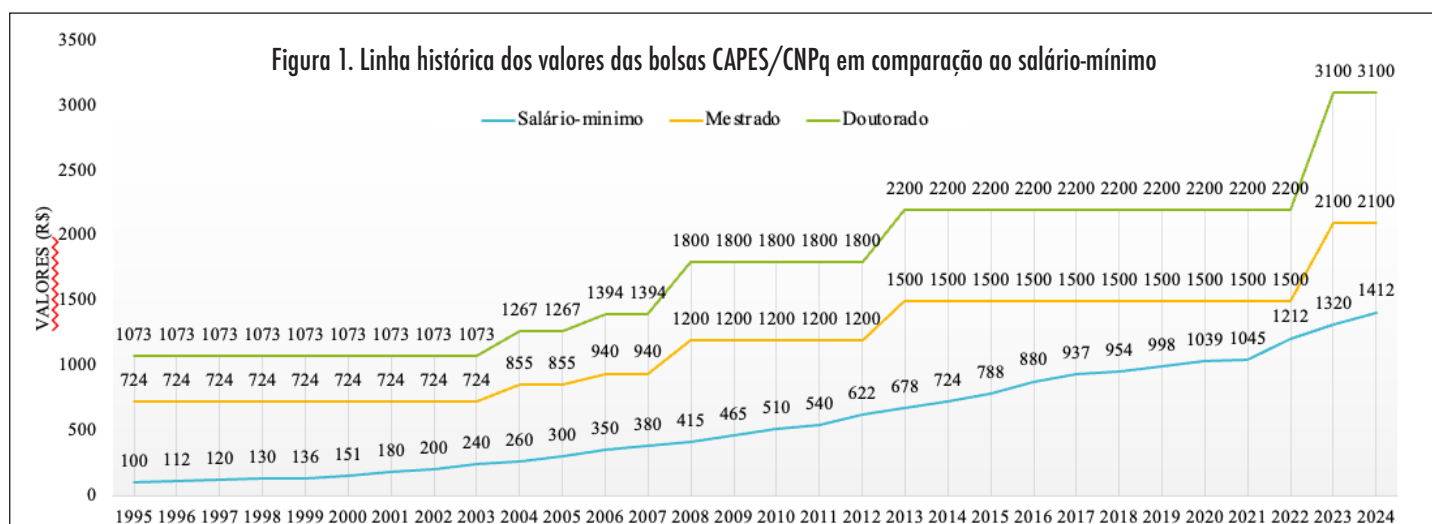
	Mestrado	Doutorado	Total
Matrículas	188.072	131.901	319.973
Bolsistas CAPES	47.188	52895	100.083
Bolsistas CNPq	4260	6211	10.471

DEFASAGEM HISTÓRICA

Atualmente, as bolsas de mestrado e doutorado concedidas pela CAPES e CNPq no país custam R\$ 2.100,00 e R\$ 3.100,00, respectivamente. Esses valores, ao longo de anos sem reajustes, já perderam um pouco mais de um terço do seu valor em relação ao poder de consumo. Do penúltimo reajuste (2013) para cá, existe um acúmulo de pouco mais de 80% de defasagem em seu valor. Mesmo considerando os 40% do reajuste recebido em fevereiro de 2023, as bolsas ainda possuem uma defasagem de pouco mais de 35,47% de seus valores. Assim, apenas com a correção inflacionária deveriam estar custando cerca de R\$ 2.845,00 (mestrado) e R\$ 4.833,00 (doutorado).

Por não possuir seu valor atrelado a algum mecanismo de reajuste anual, as bolsas de estudo vêm acumulando uma desvalorização histórica frente a um aumento brutal dos preços de alimentos, moradia e transporte. Salvo três momentos históricos desde a concessão da primeira bolsa pela CAPES, em 1952, não se tem uma política permanente de valorização das bolsas de estudos no país. Em 1970, a bolsa de mestrado equivalia a cinco salários-mínimos (SM), entretanto, em 1983, teve seu valor reduzido a dois SM.

Em 1986, em seu primeiro ano de história, a ANPG, após grandes mobilizações, conseguiu vincular o valor da bolsa a 80% do salário do docente universitário. Contudo, essa política caiu no ano seguinte e a bolsa só voltou a se valorizar em 1995, quando passou a valer um pouco mais de seis SM6. De lá para cá, embora a bolsa tenha sido reajustada nos anos de 2004, 2006, 2008, 2012 e 2023, após intensa luta da ANPG e do movimento de pós-graduandos, a desvalorização da bolsa em termos reais chega a quase 170% para a de mestrado, que poderia custar em termos reais R\$ 3.555,35.



A defasagem dos valores das bolsas e do número reduzido de concessões frente ao número de matriculados são fatores que vêm contribuindo com o aumento da evasão na pós-graduação. Não à toa, apenas em 2023, mais de 16 mil pós-graduandos evadiram do sistema (Figura 2). Assim, o Brasil pode enfrentar uma grave crise de formação de quadros técnicos de alto nível no país por falta de instrumentos de atração de novos talentos, valorização dos jovens cientistas e falta de perspectiva para absorção desse segmento no setor produtivo econômico nacional.

Apenas para exemplificar, o Brasil começou a enfrentar uma queda na titulação de doutores (Figura3) desde 2019, deixando de titular nove mil doutores até 2022, tendo vagas no sistema universitário, em consequência do desmonte da educação e da ciência no período de 2016-2022 e da pandemia da covid-19. E, embora haja uma rápida recuperação, relacionada a matrículas represadas no sistema, há forte tendência de decréscimo, em virtude do crescimento da não procura e da evasão na pós-graduação. Além disso, a evasão na graduação já atinge a média de 60%, o que coloca teoricamente menos candidatos aos programas de pós-graduação.

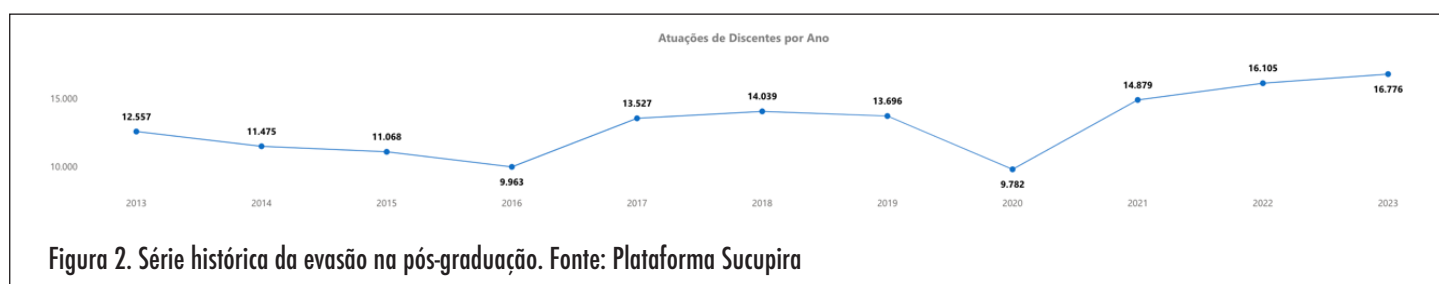
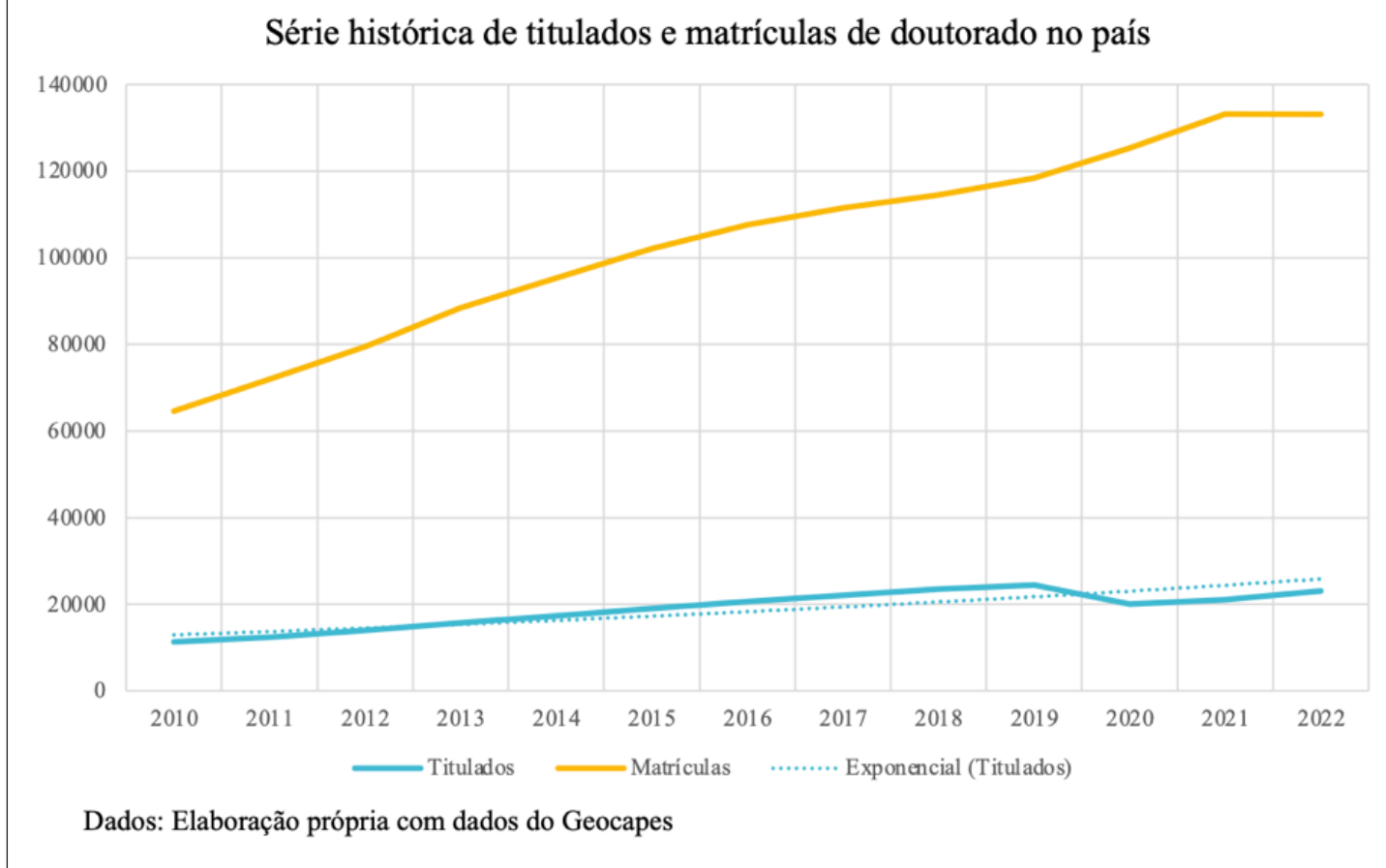


Figura 3. Série histórica de titulação de doutores no país. Elaboração própria com dados do GeoCapes.



Em 2010, o Brasil estipulou, a partir das metas do V Plano Nacional de Pós-Graduação e do Plano Nacional de Educação, titular 60 mil mestres e 25 mil doutores por ano. Alcançamos essas metas e conseguimos expandir a pós-graduação, a partir da expansão da rede universitária, permitindo levar a titulação de doutores para o interior do Brasil e regiões fora do centro-sul. Entretanto, o Brasil ainda titula poucos mestres e doutores quando comparamos aos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), colocando a necessidade de expansão da pós-graduação para responder aos desafios nacionais, especialmente com um processo de reindustrialização e avanço da fronteira do conhecimento. Por exemplo, para alcançar apenas a média da OCDE, o Brasil necessita titular 1,5 milhões de doutores no próximo período.

Além disso, a crise de formação de quadros técnicos de alto nível também atinge os já formados, pois, sob pena de perda de gerações, temos enfrentado processos sociais de perda de talentos, a partir da trituração de diplomas e fuga de cérebros. No primeiro processo, vemos milhares de jovens mestres e doutores já titulados migrando para profissões de menor adensamento científico-tecnológico ou para o mercado informal de trabalho, submetendo-se a situações de precariedade. E, assim, abandonam seus sonhos para poder sobreviver e colocar comida na mesa. No segundo processo, há milhares de jovens no exterior que migraram em busca de melhores condições de vida e de produção científica, sendo recrutados por outras nações. Não é coincidência que tenhamos a notícias que brasileiros lideram pesquisas na Nasa. Ou seja, estamos perdendo talentos que poderiam trazer soluções para problemas enfrentados pela população brasileira, desde a cura de doenças, passando pelos gargalos da mobilidade urbana, produção de alimentos e energia. Talentos que não se sentem atraídos para produzir ciência e que deixam de contribuir para o desenvolvimento nacional. Nesse sentido, faz-se necessário também o aumento no quantitativo de bolsas de pós-doutorado, associado a políticas públicas de indução da empregabilidade dos mestres e doutores no setor produtivo econômico não acadêmico.

POUCOS ALUNOS COM PÓS

Mestrado



África do Sul | 0,9

Brasil | 0,8

Indonésia | 0,8

China | 0,4

Arábia Saudita | 0,1

Doutorado



Rússia | 0,3

Brasil | 0,2

México | 0,1

Costa Rica | 0,1

Indonésia | 0

Figura 4. Média da proporção brasileira com títulos de mestrado e doutorado, comparando com outros países da OCDE.

Fonte: o Globo e relatório "Education at a Glance"

INVESTIR EM CIÊNCIA É DESENVOLVER O BRASIL

Em que pese o fato de estarmos atravessando um período de instabilidades econômica e política, devemos ver nessas crises oportunidades para retomada do crescimento e desenvolvimento, mas só conseguiremos pavimentar esse caminho com investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação. Os países que mais investem em pesquisa científica e tecnológica são também, e não por acaso, as maiores potências em desenvolvimento econômico, social e político do mundo. E a Ciência, Tecnologia e Inovação não podem ser pensadas desvinculadas das questões que tocam a pós-graduação e a valorização do pós-graduando como ator protagonista das transformações econômicas e sociais que o país atravessou.

A desvalorização da bolsa de estudos não é justa com quem se dedica cotidianamente ao desenvolvimento da ciência brasileira. Estabelecer o reajuste periódico das bolsas de estudo e pavimentar um caminho de valorização do pós-graduando é permitir que a ciência brasileira continue sendo produzida e dar um passo decisivo nessas áreas estratégicas, capazes de desenvolver tecnologias e conhecimentos para a emancipação do país.

É preciso ter em mente que as políticas de ciência e tecnologia condicionam, desde a revolução industrial, o destino e o espaço dos países no mundo, assim como seu progresso. Só poderemos reconstruir o Brasil e torná-lo verdadeiramente independente se agirmos para colocar a ciência e a educação no orçamento, sendo eixos estruturantes de um projeto nacional de desenvolvimento que permita ao país realizar todo seu potencial. Só assim criaremos condições materiais para que os feitos dos nossos cientistas possam mudar uma realidade que é cruel para milhões de brasileiros e construir o país que queremos, com oportunidades para todos.

ANEXO

Tabela 2. Quantitativo de bolsistas por modalidade e unidade da federação brasileira.

UF	DOUTORADO PLENO	MESTRADO	PÓS-DOUTORADO	Total
AC	79	178	16	273
AL	421	418	67	906
AM	504	583	71	1158
AP	32	152	23	207
BA	1901	1883	144	3928
CE	1409	1437	112	2958
DF	1269	1070	57	2396
ES	572	601	41	1214
GO	1047	1118	107	2272
MA	294	486	70	850
MG	5142	4754	311	10207
MS	829	835	79	1743
MT	358	630	55	1043
PA	1385	1401	108	2894
PB	1160	1244	92	2496
PE	1930	1838	121	3889
PI	271	456	36	763
PR	3869	3502	226	7597
RJ	7069	5432	299	12800
RN	1003	999	87	2089
RO	66	218	8	292
RR	38	109	18	165
RS	6023	5132	283	11438
SC	1992	1804	107	3903
SE	525	656	47	1228
SP	13605	9992	531	24128
TO	102	260	28	390
total	52895	47188	3144	103227

DEMANDA

1- Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Órgão	26000- Ministério da Educação
Unidade	26291 – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Ação Programática	5113 0487 001
Programa/Ação/Subtítulo/Produto	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior
Objetivo	Reajustar as bolsas mestrado e doutorado em 10% de seu valor e aumentar o número de concessões de bolsas, sendo: 2351 novas bolsas de mestrado, 1876 novas bolsas de doutorado e 2040 bolsas de pós-doutorado.
Público atingido	105 mil bolsistas
Demanda total	R\$ 507.922.524,30 (reajuste de 10%) R\$ 302.305.080,00 (Adicional de bolsas) Total: R\$ 810.227.604,30

2 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Órgão	24000- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
Unidade	24201 – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Ação Programática	2308 001V 0001
Programa/Ação/Subtítulo/Produto	Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Científico - Nacional
Objetivo	Reajustar as bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado em 10% de seu valor.
Público atingido	76.648 bolsistas
Demanda total	R\$ 276.606.480,00

ANPPG

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

 /anpgbrasil
 @anpgoficial
 @anpgoficial
www.anpg.org.br

